

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.860 - SP (2019/0030259-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA
PROCURADOR : CASSIANO RICARDO SILVA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
SP152966
AGRAVADO : L P DOS S (MENOR)
REPR. POR : M P DE S
ADVOGADO : GLAUCO JOSÉ RIBEIRO E OUTRO(S) - SP396727

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. VALOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA-FÁTICO PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. AÇÃO DE CUNHO PATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO DAS HIPÓTESES DA LEI ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA em face de decisão que inadmitiu agravo em recurso especial manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de São Paulo, assim ementado:

Petição inicial referente a ação com escopo de responsabilidade civil de Município. Não precisão acerca do montante total dos danos. Competência do Juízo Cível, por sinal, também em detrimento do da Infância e da Juventude, posto não estar a criança - vítima sob vulnerabilidade familiar ou nas demais hipóteses do artigo 98 da Lei 8.069/1990. Responsabilidade civil do Município. Criança numa creche que sofrera lesão motivadora da perda de dedo de uma das mãos. Danos fixados com razoabilidade e proporcionalidade. Sem prejuízo, dado tratar-se de matéria de ordem pública, reconhece-se, de ofício, que a atualização monetária incidirá desde junho de 2009 com base no IPCA-E. Rejeitadas as arguições preliminares, nega-se provimento ao recurso e, sem embargo, se impõe atualização nessa conformidade.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta a incompetência absoluta do da justiça comum para a

apreciação da matéria, razão pela qual aponta violação aos seguintes dispositivos legais: a) art. 2º da Lei 12.153/2009, argumentando que a norma mencionada aponta para a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública quando atribuído valor inferior a 60 salários mínimos; b) art. 148, VI, do ECA, argumentando que existindo menor impúbere a competência seria a da Vara da Infância e da Juventude.

Contrarrazões às fls. 191/198 e-STJ.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 199/200 do e-STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 203/215 e-STJ.

Contraminuta apresentada às fls. 218/222 e-STJ.

É o relatório. Decido.

É necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhida.

Cinge-se a controvérsia, conforme se extrai do acórdão recorrido, de ação indenizatória, visando a reparação de danos sofridos experimentado por menor impúbere nas dependências de creche municipal.

A insurgência do recorrente tem relação com suposta incompetência absoluta do juízo comum para apreciar a matéria.

Para tanto, salienta, inicialmente, que a competência seria do Juizado Especial Cível, uma vez que esse absorve no município a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, conforme o estabelecido no art. 2º da Lei 12.153/2009.

Observa-se que no caso examinado, não houve apreciação pelo Tribunal de origem acerca da indicada violação. Logo, fica impossibilitado o julgamento do recurso quanto ao ponto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 356/STF, respectivamente: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”; “O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.”

Registre-se que a parte recorrente não opôs embargos de declaração com o fim de obter um pronunciamento pelo Tribunal *a quo* a respeito da questão

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio, não é necessário que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. TARIFA PROGRESSIVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA E VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. É vedada a inovação recursal, seja em sede de agravo regimental, seja em embargos de declaração, ante a preclusão consumativa. Precedente:

AgRg no AREsp 247.288/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/5/2013, AgRg no AREsp 304.572/AL, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/5/2013.

2. Não é possível o conhecimento de recurso em relação à questão que não foi tratada no acórdão recorrido ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF).

3. A análise da tese recursal relativa à ausência de dano moral e ao quantum indenizatório esbarra na impossibilidade de incursão na seara probatória na via especial, conforme disposto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1456933/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 11/04/2017)

Ademais, no caso, concluiu a Corte de origem, a partir dos elementos de prova constantes dos autos, inclusive no cotejamento de peças processuais, que deve ser reconhecida a competência do Juízo Comum para o processamento da demanda, pois a cumulação dos pedidos formulados na origem atribuiu à causa valor estimado. Nesse contexto, a inversão do julgado exigiria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória dos autos, o que é inviável, na via eleita, nos termos da Súmula 7/STJ.

Por fim, quanto a alegação de que a competência deveria ser da Vara da Infância e Juventude, tendo em vista o ditame do art. 148, VI, do ECA, não merece reparos a conclusão da Corte "a quo" que ao abordar o assunto, ponderou da seguinte maneira:

Outrossim, desacolhe-se a arguição de que fosse competente a Justiça da Infância e da Juventude, pois não se demonstrou que a criança-vítima, a autora, estivesse sob vulnerabilidade familiar ou em demais situações passíveis de ajustamento ao artigo 98 da lei 8.069/1990.

Com efeito, conquanto a matéria de fundo envolva a criança e adolescente, verifica-se que o teor do acórdão recorrido versa sobre a discussão de direito e interesses patrimoniais, uma vez que há a postulação de indenização de cunho pecuniário decorrentes dos danos experimentados pela menor. Desse modo, não se verifica o malferimento a mencionada norma, uma vez que o caso em questão não se enquadra nas hipóteses do art. 148, VI, do ECA.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE X VARA DA FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA CONTRA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. NÃO APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO SETOR EDUCACIONAL.

1 - Há inúmeras possibilidades de se atingir, ainda que de maneira indireta, os direitos fundamentais da criança e do adolescente, e de diversas formas. "In casu", trata-se especificamente de matéria de natureza orçamentária, onde se discute destinação de verba de Município, o qual se absteve de aplicar recursos fixados pela Lei Orgânica Municipal no setor educacional(30%), daí a razão do porquê se reconhecer a competência da Vara de Fazenda Pública para processar e julgar a ação civil pública ajuizada. 2 - Recurso improvido (REsp 182.549/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 01/03/1999)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

